



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020/SRP/PMNSS

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, com sede localizada à Rua Antônio Valadão, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, através de sua Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, juntamente com seus partícipes: **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT**, CNPJ - MF sob o nº 03.598.106/0001-27, **Secretaria Municipal da Assistência Social**, através do **Fundo Municipal de Assistência Social**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.810.888/0001-32, **Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, através do Fundo Municipal de Saúde**, inscrito no CNPJ sob o nº nº 06.113.056/0001-39, por intermédio de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 241 de 25 de março de 2020, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRONICA PE nº 03/2020/SRP/PMNSS**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS E BATERIA, A FIM DE SUPRIR AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS QUE COMPÕEM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos municipais nºs 509/2007, 16.613/2018, 19.274/2019, 17.350/2018 e 19.768/2020 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 20104, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1.1. O certame será realizado através do site www.licitacoes-e.com.br, nas datas e horários indicados a seguir:

Abertura das propostas: às 08h30min do dia 08/07/2020

Início da sessão de disputa de preços: às 10h30min do dia 08/07/2020.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS E BATERIA, A FIM DE SUPRIR AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS QUE COMPÕEM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às e Especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados nos respectivos Orçamentos de 2020, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente:

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os interessados em participar desta licitação deverão estar previamente credenciados no sistema Licitações-e do Banco do Brasil S.A:

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão;

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências fixadas neste edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no sistema Licitações-e do Banco do Brasil S.A:

5.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.3. Para os itens, **02, 04, 07, 09**, ampla participação.

5.4. Para os itens, **01, 03, 05, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111 e 112** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.5.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.5.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.5.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.5.5. Que estejam sob falência concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.5.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "**sim**" ou "**não**" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "**não**" impedirá o prosseguimento no certame;

5.6.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "**não**" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.6.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.6.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. A documentação preferencialmente deverá ser apresentada, sob a forma de autenticação digital, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1.0 licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre aPregoeira e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00(um real)**.

8.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

8.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.22. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.26. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

8.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda a primeira hipótese, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.29.1. No país;

8.29.2. Por empresas brasileiras;

8.29.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.29.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, o qual terá o prazo de 30 (trinta) minutos para aceitação, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.31.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.32. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 19.768/2019.

9.2. Será **DESCLASSIFICADA** a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório

da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9.1. A pregoeira convocará **no chat** o próximo classificado, o qual deverá responder no prazo de **02 (duas) horas**, quanto a sua aceitação.

9.10. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à

regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.1.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02(duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.1.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2. Habilitação jurídica:

10.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

10.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CGC ou CNPJ), conforme o caso (art. 29, I da Lei nº. 8.666/93);

10.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 29, II da Lei nº. 8.666/93);

10.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas (art. 29, III da Lei nº. 8.666/93):

10.3.3.1. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: **Federal**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pela Secretaria da Receita Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/SRF nº.3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº. 1, de 19/05/2006; **Estadual**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante; e **Municipal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;

10.3.4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF (art. 29, IV da Lei nº. 8.666/93);

10.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.” (NR).

10.3.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira.

10.4.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou da execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, o mesmo será considerado 30 (trinta) dias da data de sua emissão; (Art. 31 II da Lei nº. 8.666/93).

10.5. Qualificação Técnica

10.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades, e prazos com objeto da licitação, (Art. 30, II, Lei nº. 8.666/93);

10.5.2. A comprovação de aptidão referida no item acima será comprovada mediante à apresentação de **atestado**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.6.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

11.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, vinculam a Contratada.

11.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

11.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, registrar no sistema eletrônico sua intenção de recorrer, no prazo estabelecido no **subitem 13.3** quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar os memoriais dos recursos.

12.2. Manifestada a intenção de interpor recurso por qualquer dos licitantes, ficarão os demais desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo **3 (três) dias**, contado a partir do término do prazo do recorrente.

12.3. O sistema aceitará o registro da intenção de recorrer nas **24 horas** posteriores ao ato de declaração do vencedor.

12.4. Não serão recebidos recursos imotivados ou insubsistentes.

12.5. A falta de manifestação do licitante acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.8. Os memoriais dos recursos e das contrarrazões **deverão ser encaminhadas preferencialmente para o e-mail: licitacao.eleto@gmail.com.**

12.8.1. Facultativamente, os documentos poderão ser dirigidos a Pregoeira responsável por esta licitação, mediante registro no Setor de Protocolo e Autuação, situado na Rua Antonio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na documentação apresentada pelo licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3. Na assinatura do contrato ou ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, e no caso de registro de preços, observado o cadastro reserva, para, após a comprovação para os requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 50 do Decreto Municipal 19.768/2020.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

15.3. O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições. **15.4.1.** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. O Contratado deverá manter, durante toda a validade do Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, respeitadas todas as condições de habilitação e qualificação aqui exigidas, na forma do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93.

15.5.1. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.5.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, e no caso de registro de preços, observado o cadastro reserva, para, após a comprovação para os requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 50 do Decreto Municipal 19.768/2020.

15.6. Havendo interesse público e no caso de fornecimento não previsto no Projeto inicial, a futura fornecedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, de qualquer ordem, que se fizerem necessários, até os limites fixados na Lei nº 8.666/93.

15.7. A Ata de Registro de Preços decorrente desta Licitação terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação, nos termos do art. 15, §3º, III da Lei nº 8.666/93.

15.8. A assinatura da Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e quantitativos estabelecidos neste Edital e Termo de Referência, Anexo I deste edital.

15.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que devidamente justificada, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, firmando-se o Termo de Anuência, conforme Anexo IX do Edital, parte integrante deste instrumento, observando-se que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder na totalidade do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, nos moldes do Decreto Municipal nº 16.613/2018.

15.10. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação que rege as licitações, sendo assegurado ao beneficiário desta ARP à preferência de contratação em igualdade de condições.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO

17.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência da Ata;



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

17.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/93, redação dada pelo Art. 17 do Decreto Municipal Nº 16.613/2018;

17.3. A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens, ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os produtos deverão ser cotados em conformidade com as referências e especificações constantes deste edital, inclusive garantia contra defeitos, segundo as regras da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;

18.2. Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues de forma parcelada, mediante solicitação do órgão gerenciador e partícipes nas quantidades, horários, locais e prazos (respeitado o limite máximo de 05 dias úteis contados da ciência da ordem de fornecimento), a serem indicados nas respectivas ordens de fornecimentos, de acordo com as disposições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

18.3. O Gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração – SEMAD, conforme o Decreto Municipal nº 19.274/2019;

18.4. O acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços serão realizados por servidor(es) designado(s) pelos órgãos partícipes, a quem caberá o recebimento do objeto e o atesto da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondente(s) ao fornecimento conforme as especificações contidas no Edital.

18.5. O fornecimento em desacordo com o estipulado neste instrumento e na proposta do adjudicatário será rejeitado, parcial ou totalmente, conforme o caso;

18.6. O fornecimento, quando solicitado, deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto da ARP.

18.7. Os órgãos demandantes não se obrigam a adquirir os materiais e produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços, nem mesmo das quantidades indicadas nas planilhas, podendo promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades, podendo ainda realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdades de condições e preços, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do Art. 15, § 4º da Lei 8.666/93.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados quando solicitados mensalmente, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais/faturas do fornecimento. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo desta Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de fornecimento, com o respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da Secretaria demandante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, Receita Federal do Brasil (RFB) /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e FGTS;

19.2. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

19.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

19.4. Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da Ata de Registro de Preços, Contrato ou Instrumento Equivalente, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, **administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.**

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas previstas no Decreto Municipal 17.350/2018, e art. 50 do Decreto Municipal 19.768/2020, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste Decreto;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do "caput" deste artigo.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo podem ser aplicadas ao licitante e ao contratado, cumulativamente com a multa.

20.2. A aplicação de Multa aos licitantes/contratados, deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

II - 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;

III - 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.

20.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:

I - 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

II - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.

§ 2º - A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

§ 3º - A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 4º - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

20.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.6. Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, conforme disposto no art. 11 inciso II do Decreto Municipal 16.613/2018.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.3.1. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizado acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Municipal nº 16.613/2018.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até **03 (três) dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao.eletro@gmail.com** por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Antônio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

22.2. Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois)** dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados aPregoeira, até **03 (três) dias** úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.5. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

22.6.2.- As impugnações e os seus respectivos julgamentos serão publicados no sítio www.licitacoese.com.br, para conhecimento dos interessados.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.socorro.se.gov.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Antônio Valadão s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco, Nossa Senhora do Socorro/SE – CEP 49.160-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

2.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

23.12.3. ANEXO III – Termo de Anuência.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 18 de junho de 2020.

Sheila Santos Moura Suica
Pregoeira/PMNSS



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS E BATERIA, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E DEMAIS SECRETARIA DESTES MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO - SERGIPE

JUNHO/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

I - OBJETO

REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA, DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS E BATERIA, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E DEMAIS SECRETARIA DESTE Município DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE.

II - JUSTIFICATIVA

O Município de Nossa Senhora do Socorro/SE vem desenvolvendo um trabalho de manutenção e prevenção das frotas de veículos existentes na Prefeitura e demais Secretarias a fim de serem implementadas neste exercício do corrente ano.

Para realização deste trabalho foi realizado um levantamento das necessidades mais urgentes visando os objetivos, as metas qualitativas e quantitativas a atingir.

Foram priorizadas as ações e os recursos, foram levantados no sentido de manter o bom funcionamento dos veículos proporcionando segurança a todos os servidores e munícipes que utilizam o serviço de transporte deste Município.

Evidencia-se que a aquisição de Óleos, Lubrificantes, filtros e Baterias se faz necessário para o bom desempenho e prolongamento da vida útil dos componentes veiculares (motores, caixa de marcha, diferencial entre outras partes).

É válido ressaltar que os itens Óleos, Lubrificantes, Filtros e Baterias são de extrema segurança para que assim os veículos deste Município possam transitar de forma segura evitando acidente, considerando que segundo levantamento dos órgãos competente, as quebras dos motores são provocados na sua maioria pela falta de trocas destes componentes.

Justifica-se a licitação visando atender as necessidades da frota de veículos sejam eles de porte leve, médio ou pesado, uma vez que os itens a serem adquiridos são essenciais para manutenção e para manter o bom funcionamento dos veículos.

III – OBJETIVO

Dotar a Prefeitura e demais Secretarias de óleos, lubrificantes, filtros e baterias a fim de suprir as necessidades de reposição ou troca seja preventiva ou corretiva da frota existente neste município.

IV - ESPECIFICAÇÃO DA FROTA

| Secretaria de Obras | | | | |
|---------------------|----------------|------------|-------------------|---|
| Item | Veículo | Quantidade | Ano de Fabricação | Placas |
| 1 | CAÇAMBA IVECO, | 5 | 2013 | 1-OES 9884/ 1- OES 9794/ 1- OES 9764/ 1-OES 9714/ 01- OES |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | | 9734/ |
|---|------------------|---|-------------------|--|
| 2 | CAÇAMBA VOLKS | 5 | 2019 | QMG 7472 QMG 7373 QMG 7483 QMG 7474 QMG 7422 |
| 3 | CAMINHÃO IVECO | 4 | 2013 | 1- OES 9914/ 1- OES 9934/ 1- OES 9894/ 1- OES 9814 |
| 4 | TRATOR RURAL | 1 | 2001 | NÃO TEM |
| 5 | RETROESCAVADEIRA | 3 | 2013/2019 | 1- QKQ 3233/ 1- QKQ 3226/ RET 3737 |
| 6 | PÁ CARREGADEIRA | 3 | 2013/2019 | 1- QKQ 3224/ 1- QKQ 3234/CAR/3736 |
| 7 | PATROL | 2 | 1- 2012 E 1- 2013 | 1- OEN 6803/ 1- QKQ 3227 |
| 8 | MOTONIVELADORA | 1 | 2019 | NIV-3738 |
| 9 | ROLINHO | 2 | 2015 | NÃO TEM |

Secretaria de Agricultura

| Item | Veículo | Quantidade | Ano de Fabricação | Placas |
|------|--------------|------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 1 | Fiat Strada | 1 | 2006 | IAA 2705 |
| 2 | Trator Rural | 3 | 01- /2001 E 01- / 2011/2019 | SEM PLACA E OEL 2123/TRA 4030 |

Secretaria de Assistência Social

| Item | Veículo | Quantidade | Ano de Fabricação | Placas |
|------|--------------|------------|-------------------|--|
| 1 | AIRCROSS | 4 | 2018/2019 | QMG 0315/QMG 0314/ QMF 1215/ QMF 1214 |
| 2 | MICRO-ONIBUS | 1 | 2018/2019 | PBN 9587 |

Secretaria da Fazenda

| Item | Veículo | Quantidade | Ano de Fabricação | Placas |
|------|--------------|------------|-------------------|---------------------|
| 1 | Renault Clio | 1 | 2010 | NVK 0168/ |
| 2 | Fiat Palio | 2 | 2014 | QKP 1874 E QKP 1877 |

Secretaria de Transporte

| Item | Veículo | Quantidade | Ano de Fabricação | Placa |
|------|----------|------------|-------------------|--|
| 1 | Caminhão | 2 | 2008/2010 | IAH 0425/NVI 8140 |
| 2 | Fiat Uno | 4 | 2009 | IAI 2939/ IAN 3247/ IAN 3317 E IAN 3797 |

Secretaria de Saúde

| Item | Veículo | Quantidade | Ano de Fabricação | Placas |
|------|---------|------------|-------------------|--------|
|------|---------|------------|-------------------|--------|



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | | |
|----|------------------|----|------------------------|--|
| 1 | Fiat Uno Vivace | 4 | 2016 | QKX 1596/ QKX 1597/ QKX 1599 E QKX 1607 |
| 2 | Ford Ka | 1 | 2009 | IAM 9135 |
| 3 | Renault Symbol | 1 | 2011 | NVN 9878 |
| 4 | Fiat Palio | 1 | 2013/2014 | OES 9684 |
| 5 | Fiat Strada | 2 | 01-02015 E 01- 2016 | QKS 8666 E QKU 2146 |
| 6 | Fiat Toro | 2 | 2016 | QKW 7925 E QKW 7432 |
| 7 | Fiat Doblo | 1 | 2010 | NVL 9739 |
| 8 | Ford Ranger | 1 | 2010 | NVN 9400 |
| 9 | Shineray Jinbei | 1 | 2013/2014 | OZB 1516 |
| 10 | Fiat Ducato | 1 | 2008 | IAH 0959 |
| 11 | Chevrolet Prisma | 8 | 2018 | QMB-9686/QMB- 9693/QMB-9691/QMB- 9685/QMC-5714/QMC- 5957 |
| 12 | Peugeot partnet | 7 | 2017 | QMA-5892/QMA-6575- QMA-6608/QMA- 7403/QMA-7404/QMA- 7405/QMA-7406 |
| 13 | AMAROK | 1 | 2018 | KMD 5381 |
| 14 | MASTER | 03 | 2020 | |
| 15 | MICRO-ONIBUS | 01 | 2020 | |

| SMTT | | | | |
|------|-----------------|------------|-------------------|---------------------|
| Item | Veículo | Quantidade | Ano de Fabricação | Placas |
| 1 | Fiat Uno | 1 | 2011 | NVH 2372 |
| 3 | MOTO MODELO BIZ | 2 | 2013 | OER 5064 E OER 4994 |
| 4 | Renault Clio | 2 | 2016 | QKW 7561 E QKW 7568 |

V - ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS:

| ITENS | ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS | UNID | QUANT. |
|-------|--|------|----------|
| 1. | ÓLEO+B4:C380 SAE 5W30 100% SINTÉTICO API SN ADITIVAÇÃO MÁXIMA FLEX, GASOLINA, ETANOL OU GNV. | LTS | 2.000,00 |
| 2. | ÓLEO SEMI SINTÉTICO SN 15W40 MOTOR A GASOLINA (FRASCOS DE 1 LITRO). AMPLA PARTICIPAÇÃO | LTS | 2.250,00 |
| 3. | ÓLEO SEMI SINTÉTICO SN 15W40 MOTOR A GASOLINA (FRASCOS DE 1 LITRO). EXCLUSIVO PARA ME/EPP | LTS | 750,00 |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | |
|-----|--|-------|----------|
| 4. | ÓLEO PARA SISTEMA HIDRÁULICO 68 ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA DIN 51 524 PARTE 2 (HLP), BALDE DE 20 LITROS. <u>AMPLA PARTICIPAÇÃO</u> | LTS | 600,00 |
| 5. | ÓLEO PARA SISTEMA HIDRÁULICO 68 ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA DIN 51 524 PARTE 2 (HLP), BALDE DE 20 LITROS. <u>EXCLUSIVO PARA ME/EPP</u> | LTS | 200,00 |
| 6. | ÓLEO LUBRICANTE PARA ENGRENAGENS SAE 90 QUE ATENDE AO NÍVEL DE DESEMPENHO PIL-5 E A ESPECIFICAÇÃO MIL L -2105D, BALDE DE 20 LITROS. | LTS | 250,00 |
| 7. | ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS TIPO A SUFIXO A, BALDE DE 20 LITROS. <u>AMPLA PARTICIPAÇÃO</u> | LTS | 225,00 |
| 8. | ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS TIPO A SUFIXO A, BALDE DE 20 LITROS. <u>EXCLUSIVO PARA ME/EPP</u> | LTS | 75,00 |
| 9. | ÓLEO MOTOR DIESEL 15W 40 API CI 4/SL. <u>AMPLA PARTICIPAÇÃO</u> | LTS | 9.000,00 |
| 10. | ÓLEO MOTOR DIESEL 15W 40 API CI 4/SL.. <u>EXCLUSIVO PARA ME/EPP</u> | LTS | 3.000,00 |
| 11. | ÓLEO MOTOR 5W30 | LTS | 140,00 |
| 12. | ÓLEO MOTOR A GASOLINA 20W50 | LTS | 240,00 |
| 13. | FLUIDO DE FREIO DOT 4 500ml | UND | 120,00 |
| 14. | ADITIVO CONCENTRADO PARA RADIADOR | LTS | 600,00 |
| 15. | ARLA 32, 20L | BALDE | 960,00 |
| 16. | GRAXA PARA CHASSI 20 KG | BALDE | 240,00 |
| 17. | DESENGRIPANTE SPRAY 300 ML CAIXA COM 12 UNIDADES. | UNID | 24,00 |
| 18. | FARDO DE ESTOPA BRANCA 25Kg | SACO | 30,00 |
| 19. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL RENAULT CLIO 2010 1.0 | UNID | 3,00 |
| 20. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FIAT DOBLÔ 2010 1.8 | UNID | 3,00 |
| 21. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FIAT DUCATO 2008 2.8 | UNID | 3,00 |
| 22. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FIAT PALIO 2013 1.0 | UND | 12,00 |
| 23. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL DO CHEVROLET PRISMA JOY 17/18 1.0 | UNID | 40,00 |
| 24. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PEUGEOT PARTNER 17/18 1.6 16 VÁLVULAS | UNID | 40,00 |
| 25. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FIAT STRADA 2015 1.8 | UNID | 8,00 |
| 26. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FIAT TORO 2.0 2016 | UNID | 8,00 |
| 27. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FIAT UNO 1.0 2007 | UNID | 12,00 |
| 28. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FIAT UNO VIVACE 1.0 2016 | UNID | 16,00 |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | |
|-----|---|-------------|--------------|
| 29. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL AMAROK CD 4X4 2018 | UNID | 3,00 |
| 30. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FORD KA 2010 | UNID | 2,00 |
| 31. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL FORD RANGER 2010 2.8 | UNID | 3,00 |
| 32. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL CITROEN/AIR CROSS STARMT 2018/2019 | UNID | 25,00 |
| 33. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL RANAULT SYMBOL 1.6 2011 | UNID | 3,00 |
| 34. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL VW KOMBI 1.4 2008 | UNID | 3,00 |
| 35. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL SHINERAY JINBEI 2013/2014 | UNID | 3,00 |
| 36. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL ONIBUS VW 17230 E 17210. | UNID | 48,00 |
| 37. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO ÔNIBUS VW 17230 E 17210 | UND | 48,00 |
| 38. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAÇAMBA IVECO VERTS 13/14 | UNID | 15,00 |
| 39. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL MICRO ONIBUS VOLARE V8L 13/13 | UNID | 12,00 |
| 40. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO ÔNIBUS VOLARES 17230 E 17210 | UND | 12,00 |
| 41. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL MICRO-ÔNIBUS IVECO CITY CLASS 2013/2014 | UND | 8,00 |
| 42. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL VW/NEOBUS THUNDER WAY 2019 | UND | 8,00 |
| 43. | FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO VW/NEOBUS THUNDER WAY 2019 | UND | 8,00 |
| 44. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL ÔNIBUS VW 15190 | UND | 10,00 |
| 45. | FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO ÔNIBUS VW 15190 | UND | 10,00 |
| 46. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL MICRO-ÔNIBUS VW/NEOBUS TH O 2018/2019 | UND | 10,00 |
| 47. | FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO MICRO-ÔNIBUS VW/NEOBUS TH O 2018/2019 | UND | 10,00 |
| 48. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAMINHÃO MERCEDEZ 1718 2010/2011 | UND | 4,00 |
| 49. | FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO CAMINHÃO MERCEDEZ 1718 2010/2011 | UND | 4,00 |
| 50. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAMINHÃO AGRALE 8500 08/08 | UND | 8,00 |
| 51. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAMINHÃO IVECO DAILY 55C17CS 13/14. | UND | 20,00 |
| 52. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL MOTONIVELADORA NEW HOLLAND140B | UND | 10,00 |
| 53. | FILTRO DE COMBUSTÍVEL RETROESCAVADEIRA B95B 4X4 | UND | 12,00 |
| 54. | FILTRO DE AR RENAULT CLIO 2010 1.0 | UND | 3,00 |
| 55. | FILTRO DE AR FIAT DOBLÔ 2010 1.4 | UND | 3,00 |
| 56. | FILTRO DE AR FIAT DUCATO 2008 2.8 | UND | 3,00 |
| 57. | FILTRO DE AR FIAT PALIO 2013 1.0 | UND | 12,00 |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | |
|-----|--|-------------|--------------|
| 58. | FILTRO DE AR CHEVROLET PRISMA JOY 17/18 1.0 | UND | 40,00 |
| 59. | FILTRO DE AR PEUGEOT PARTNER 17/18 1.6 16 VÁLVULAS | UNID | 40,00 |
| 60. | FILTRO DE AR FIAT STRADA 2015 1.8 | UNID | 10,00 |
| 61. | FILTRO DE AR FIAT TORO 2.0 2016 | UNID | 8,00 |
| 62. | FILTRO DE AR FIAT UNO 1.0 2007 | UNID | 16,00 |
| 63. | FILTRO DE AR FIAT UNO VIVACE 1.0 2016 | UNID | 16,00 |
| 64. | FILTRO DE AR FORD COURRIER 1.6 2010 | UNID | 4,00 |
| 65. | FILTRO DE AR FORD RANGER 2010 2.8 | UNID | 3,00 |
| 66. | FILTRO DE AR CITROEN/AIR CROSS STARMT 2018/2019 | UNID | 25,00 |
| 67. | FILTRO DE AR RANAULT SYMBOL 1.6 2011 | UNID | 3,00 |
| 68. | FILTRO DE AR VW KOMBI 1.4 2008 | UNID | 3,00 |
| 69. | FILTRO DE AR SHINERAY JINBEI 2013/2014 | UNID | 3,00 |
| 70. | FILTRO DE AR ONIBUS VW 17230 E 17210. | UNID | 48,00 |
| 71. | FILTRO DE AR CAÇAMBA IVECO VERTS 13/14 | UNID | 25,00 |
| 72. | FILTRO DE AR MICRO ONIBUS VOLARE V8L 13/13 | UNID | 12,00 |
| 73. | FILTRO DE AR ÔNIBUS VW 15190 | UNID | 10,00 |
| 74. | FILTRO DE AR CAMINHÃO AGRALE 8500 08/08 | UNID | 10,00 |
| 75. | FILTRO DE AR CAMINHÃO IVECO DAILY 55C17CS 13/14. | UNID | 20,00 |
| 76. | FILTRO DE AR MOTONIVELADORA NEW HOLLAND 140B | UNID | 10,00 |
| 77. | FILTRO DE AR RETROESCAVADEIRA B95B 4X4 | UNID | 15,00 |
| 78. | FILTRO DE OLEO RENAULT CLIO 2010 1.0 | UNID | 3,00 |
| 79. | FILTRO DE OLEO FIAT DOBLÔ 2010 1.4 | UNID | 3,00 |
| 80. | FILTRO DE OLEO FIAT DUCATO 2008 2.8 | UNID | 3,00 |
| 81. | FILTRO DE OLEO FIAT PALIO 2013 1.0 | UNID | 15,00 |
| 82. | FILTRO DE OLEO CHEVROLET PRISMA JOY 17/18 1.0 | UNID | 56,00 |
| 83. | FILTRO DE OLEO PEUGEOT PARTNER 17/18 1.6 16 VÁLVULAS | UNID | 59,00 |
| 84. | FILTRO DE OLEO FIAT STRADA 2015 1.8 | UNID | 14,00 |
| 85. | FILTRO DE OLEO FIAT TORO 2.0 2016 | UNID | 12,00 |
| 86. | FILTRO DE OLEO FIAT UNO 1.0 2007 | UNID | 26,00 |
| 87. | FILTRO DE OLEO FIAT UNO VIVACE 1.0 2016 | UNID | 26,00 |
| 88. | FILTRO DE OLEO I/VW AMAROK CD 4X4 S 2018/2018 | UNID | 5,00 |
| 89. | FILTRO DE OLEO FORD RANGER 2010 2.8 | UNID | 4,00 |
| 90. | FILTRO DE OLEO CITROEN/AIR CROSS STARMT 2018/2019 | UNID | 35,00 |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | |
|------|---|------|-------|
| 91. | FILTRO DE OLEO RANAULT SYMBOL 1.6 2011 | UNID | 5,00 |
| 92. | FILTRO DE OLEO VW KOMBI 1.4 2008 | UNID | 3,00 |
| 93. | FILTRO DE OLEO SHINERAY JINBEI 2013/2014 | UNID | 3,00 |
| 94. | FILTRO DE OLEO ONIBUS VW 17230 E 17210. | UNID | 60,00 |
| 95. | FILTRO DE OLEO CAÇAMBA IVECO VERTS 13/14 | UNID | 25,00 |
| 96. | FILTRO DE OLEO MICRO ONIBUS VOLARE V8L 13/13 | UNID | 15,00 |
| 97. | FILTRO DE ÓLEO ÔNIBUS VW 15190 | UND | 10,00 |
| 98. | FILTRO DE OLEO CAMINHÃO AGRALE 8500 08/08 | UNID | 10,00 |
| 99. | FILTRO DE OLEO CAMINHÃO IVECO DAILY 55C17CS 13/14. | UNID | 20,00 |
| 100. | FILTRO DE OLEO MOTONIVELADORA NEW HOLLAND 140B | UNID | 10,00 |
| 101. | FILTRO DE OLEO RETROESCAVADEIRA B95B 4X4 | UNID | 15,00 |
| 102. | Bateria para motocicleta, VRLA/AGM (Seco-carregada e ativada no momento do uso); Livre de manutenção (sem necessidade de adição de eletrólito). Tensão: 12v; Capacidade: 6ah ; polaridade direita; Corrente de partida mínima de 70A (-10°C); Dimensão: 151x87x106mm (+ou-2); Caixa em ABS. Com kit de instalação (Parafusos e porcas); Garantia mínima 6 meses contra defeito de fabricação; Atender resolução CONAMA Nº 401-04/11/08. Fornecedor com capacidade de reciclagem integrada bateria no Brasil. | UND | 20,00 |
| 103. | Bateria para motocicleta, VRLA/AGM (Seco-carregada e ativada no momento do uso); Livre de manutenção (sem necessidade de adição de eletrólito). Tensão: 12 v; Capacidade: 8ah ; polaridade direita; Corrente de partida mínima de 50A (-10°C); Dimensão: 113x70x130mm (+ou-2); Caixa em ABS. Com kit de instalação (Parafusos e porcas); Garantia mínima 6 meses contra defeito de fabricação; Atender resolução CONAMA Nº 401-04/11/08. Fornecedor com capacidade de reciclagem integrada bateria no Brasil. | UND | 15,00 |
| 104. | Bateria para motocicleta, Ventilada (Seco-carregada e ativada no momento do uso); Livre de manutenção (sem necessidade de adição de eletrólito). Tensão: 12 v; Capacidade: 14ah ; polaridade direita; Corrente de partida mínima de 110A (-10°C); Dimensão: 135x90x167mm (+ou-2); Caixa em ABS. Com kit de instalação (Parafusos e porcas); Garantia mínima 6 meses contra defeito de fabricação; Atender resolução CONAMA Nº 401-04/11/08. Fornecedor com capacidade de reciclagem integral da bateria no Brasil. | UND | 15,00 |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | |
|------|--|------------|--------------|
| 105. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 60AH . Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 620A (-18° SAE), descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 segundos, Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR.; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401-04/11/08. | UND | 45,00 |
| 106. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 70AH . Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 450A (-18° SAE), descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 segundos, Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR.; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401-04/11/08 | UND | 30,00 |
| 107. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 75AH . Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 850A (-18° SAE), descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 segundos, Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR.; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401-04/11/08. | UND | 25,00 |
| 108. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 80AH - Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 780A (-18° SAE), Descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 segundos, Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR.; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401-04/11/08. | UND | 20,00 |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

| | | | |
|------|--|------------|--------------|
| 109. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 90AH - Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 750A (-18° SAE), Descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 segundos, Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401-04/11/08. | UND | 20,00 |
| 110. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 100AH . Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 750A (-18° SAE), Descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 segundos, Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401-04/11/08. | UND | 30,00 |
| 111. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 135AH . Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 900A (-18° SAE), Descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 segundos Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401-04/11/08. | UND | 15,00 |
| 112. | Bateria, Tipo: AUTOMOTIVA NOVA, (Seco-carregada e ativada no momento do uso); posição do polo positivo (Direita) - Tensão nominal 12 v e capacidade nominal 150AH . Bateria automotiva nova, totalmente selada, livre de manutenção, sem adição de água e com olho mágico, 1ª linha; Garantia: Mínimo de 1 ano contra defeito de fabricação; capacidade de partida de no mínimo 950A (-18° SAE), Descarga a -18°C, tensão 7,2 volts aos 100 Segundos Certificação e suas condições deverão estar de acordo com as normas ABNT NBR; e ser fornecida em conformidade com a resolução CONAMA N° 401- 04/11/08. | UND | 30,00 |

5.2. Os quantitativos acima estabelecidos nos itens **03, 05, 08 e 10** correspondem a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do total estimado para a aquisição dos (itens **02, 04, 07 e 09** – ampla participação), destinados exclusivamente a participação de microempresas – ME's e/ou Empresas de Pequeno Porte – EPP's, e aos quais somente essas poderão participar, assim como os demais itens, em atendimento ao disposto, Art. 48 Incisos I e III da Lei Complementar nº 147/2014.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

5.3. Para os itens **01, 03, 05, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111 e 112**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

5.4. Em não havendo a participação de ME's e/ou EPP's, ou vice versa, não havendo a ampla participação, os percentuais acima estabelecidos reverter-se-ão, automaticamente às demais licitantes participantes (ME's e/ou EPP's ou ampla participação) nos preços pelas mesmas ofertados.

5.5. A Planilha de Preços com os respectivos valores de referências está anexada ao Processo Licitatório que se encontra a disposição dos interessados no endereço: Rua Antônio Valadão, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000.

VI - DO PRAZO DE FABRICAÇÃO E DA GARANTIA

6.1 DA VALIDADE - Os produtos solicitados deverão, na data de entrega, possuir prazo de fabricação não inferior a 1/3 (um terço), de sua validade original, contados da solicitação, e prazo de validade de acordo com o fabricante do produto, havendo o compromisso expresso da Ata de registro de preços de troca do mesmo, acaso se dê o vencimento do produto durante o fornecimento.

VII - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para participar do certame as interessadas deverão apresentar:

7.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades, e prazos com objeto da licitação, (Art. 30, II, Lei nº. 8.666/93). A comprovação de aptidão referida no item acima será comprovada mediante à apresentação de **atestados**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

VIII - RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

8.1. A Contratante se obriga a receber o lote de fornecimento sempre que atender aos requisitos deste Termo de Referência e do Edital, o que será constatado pela Contratante através de vistoria própria e a seu critério, não necessariamente no momento do desembarque das mercadorias, e, só então, estará obrigada a aceitar tais produtos. A aceitação dos produtos por parte da Contratante ocorre no momento em que são enviadas as notas fiscais dos mesmos ao Setor de Execução Financeira, para realização do pagamento. Caso os produtos não sejam aceitos, a Contratante deverá indicar as razões da recusa.

8.2. A Contratante deverá acompanhar a execução do contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

8.3. A Contratante deverá cumprir todas as normas e condições do presente termo.

8.4. A Contratante deverá comunicar formalmente à Contratada qualquer alteração contratual, incluindo mudança do local de entrega, de acordo com as prerrogativas concedidas à Administração Pública – Lei 8.666/93.

8.5. A Contratante deverá fornecer ao fornecedor, documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao Contrato.

8.6. A Contratante é responsável pela fiscalização, controle e gerenciamento da Ata de registro de preço.

IX - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

9.1. A Contratada se obriga a fornecer os materiais de acordo, única e exclusivamente, com a especificação constante do edital e de sua proposta.

9.2. Comunicar, imediatamente e formalmente à Contratante quando, por motivo de força maior, se tornar impossível o fornecimento dos materiais dentro do prazo indicado neste Termo de Referência, apresentando ainda, justificativa e indicação de uma nova data para a efetivação da entrega.

9.3. Em hipótese alguma a Contratante aceitará outros itens em substituição ao registrado neste Termo de Referência, ficando ao encargo do fornecedor a responsabilidade do controle de qualidade, do fornecimento, visando apresentação da qualidade e resultados requisitados.

9.4. No caso de entrega de materiais defeituosos ou danificados ou em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, a Contratada deverá substituí-los no prazo de até 05 (Cinco) dias, a partir da solicitação formal da Contratante.

X - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA

40049–Secretaria Municipal de Transportes

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

2021–Manutenção e funcionamento da Secretaria Municipal de Transportes

ELEMENTO DE DESPESAS

3390.30-1001- Material de Consumo

UNIDADE ORÇAMENTARIA

40043–Secretaria Municipal da Fazenda

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

2011–Manutenção e funcionamento da Secretaria da Fazenda

ELEMENTO DE DESPESAS

3390.3-1001- Material de Consumo

UNIDADE ORÇAMENTARIA

40076–Secretaria Municipal de Obras

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

2078–Manutenção e funcionamento da Secretaria de Obras

ELEMENTO DE DESPESAS



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

3390.30-1001- Material de Consumo

UNIDADE ORÇAMENTARIA

46001- Fundo Municipal de Assistência Social
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

08.122.1069:2085- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
08.122.1069:2135- Serviço de Proteção Social Básica
08.122.1069:2136- Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade
08.122.1069:2137- Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
08.122.1069:2138- Índice de Gasto Descentralizado do SUAS-IGD SUAS
08.122.1069:2148- Índice de Gastos Descentralizado do PBF-IGD
08.122.1069:2083- Manutenção dos Conselhos Tutelares Municipal
08.122.1069:2150- Manutenção da Secretaria de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESAS

3390.30-1001- Material de Consumo

FONTE DE RECURSOS

1001- RECURSOS ORDINÁRIOS

1311- TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1390- OUTROS RECURSOS DESTINADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTARIA

42055- SMTT – Superintendência Municipal de Transportes e Transito

PROGRAMA DE TRABALHO

428430–Manutenção e funcionamento da Super. Municipal de Transportes e Transito

ELEMENTO DE DESPESAS

3390.30-1001- Material de Consumo

UNIDADE ORÇAMENTARIA

41062–FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

FUNÇÕES PROGRAMÁTICAS

2023- TETO MUNICIPAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

2027- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2030- OUTROS PROGRAMAS E/OU CONVENIOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL

2142- NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF)

2143- PROGRAMA MELHOR EM CASA

2095- MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2098- MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

8471- PABI FIXO

ELEMENTO DE DESPESAS

3390.30.00- MATERIAL DE CONSUMO

4490.52.00- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

FONTES DE RECURSOS

1211- RECURSOS ORDINÁRIOS

1214- FNS

XI - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS

- Os materiais, quando contratados, serão entregues, de forma parcelada, na Secretaria dos Transportes deste Município, situada na rodovia Br. 101 Norte Km 90, S/N Quadra M Lot. Jardim Itacanema, CEP e no prazo de até 05 (Cinco) dias

consecutivos, contados na data de recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Secretaria Municipal de Transporte.

- Os materiais ou serviço quando solicitados, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da futura contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- O recebimento provisório ou definitivo dos itens descritos neste Termo de Referência, não exclui a responsabilidade do futuro contratante pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos termos do contrato.
- Servidor a ser indicado, por Portaria do Senhor Secretário Municipal de Transporte, para ser o representante do Município de Nossa Senhora do Socorro perante o Contrato que será firmado, bem como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do material, e demais procedimentos mencionados neste Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

XII - CONDIÇÕES GERAIS

O objeto deste Termo de Referência, é considerado "**Bens comuns**" sendo assim, o procedimento licitatório e o contrato que dele resultar obedecerão, integralmente à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos municipais nºs 509/2007, 16.613/2018, 19.274/2019, 17.350/2018 e 19.768/2020 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 20104, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 09 de junho de 2020.

Marcelo Cruz Santos
Licitações e Contratos (SETRAN)

Faustino de Oliveira Estevez
Secretário Municipal dos Transporte



ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Minuta)

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.128.814/0001-58, localizada à Rua Antônio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - Nossa Senhora do Socorro/SE, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, neste ato representado por seu Prefeito o senhor **Inaldo Luís da Silva**, inscrito no CNPF/MF sob nº _____ e portador do R. G. nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Administração, representada por seu Secretário o senhor **José Trindade Cruz Júnior**, inscrito no CNPF/MF sob nº _____, portador do R. G. nº _____, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, juntamente com os partícipes: **Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento - SEMUSA**, através do **Fundo Municipal da Saúde - FMS**, situada na Praça Getúlio Vargas, s/n, centro, nesta cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, inscrito no CNPJ sob o nº nº 06.113.056/0001-39, neste ato representado por seu Secretário Municipal da Saúde e do Saneamento, inscrito no CNPF/MF sob nº _____, portador do R. G. nº _____; **Secretaria Municipal da Assistência Social - SEMAS**, através do **Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.810.888/0001-32, situada na Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 40, Centro, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, neste ato representado pela Secretária Municipal da Assistência Social _____, inscrita no CNPF/MF sob nº _____, portadora do R. G. nº _____ e **Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT**, situada na Avenida 1, nº 30, Conjunto João Alves Filho, Bairro Taiçoca, nesta cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, neste ato representado pelo Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito _____, inscrito no CNPF/MF sob nº _____, portador do R.G. _____, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2020/SRP/PMNSS/NS SOCORRO** para **Registro de Preços** e a sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar o preço da empresa, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações, e Decretos Municipais nºs 509/2007 e 16.613/2018, 19.274/2019, 17.350/2018 e 19.768/2020 e em conformidade com as disposições a seguir.

1.DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS E BATERIA, A FIM DE SUPRIR AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS QUE COMPÕEM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE**, conforme detalhamentos constantes do **Anexo I** - Termo de Referência, que integra o Edital do Pregão Eletrônico nº. 02/2020/PMNSS e propostas de preços apresentadas, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

2.DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O objeto será fornecido mediante a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 8.666/93.

3.DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1.Os Produtos serão fornecidos pelos preços registrados constantes do Anexo I desta Ata.

3.2.Os pagamentos serão efetuados sempre que solicitado, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo fornecedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais/faturas do fornecimento. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo desta Prefeitura, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de fornecimento, com o respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da Secretaria demandante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, Receita Federal do Brasil (RFB) /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e FGTS. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no com a validade expirada, aplicar-se-á o disposto na Resolução nº 300/2016/TCE/SE;

3.3.Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.4.Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

3.5.No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

3.6.Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da Ata de Registro de Preços, Contrato ou instrumento equivalente, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

4.DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1.Não haverá reajuste de preços durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.2.Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/93, redação dada pelo Art. 17 do Decreto Municipal nº 16.613/2018;

4.3.A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens, ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

5.DA VIGÊNCIA

5.1.A vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no quadro de avisos da sede do Município.

6.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1.As despesas oriundas com o pagamento do referido objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados nos Orçamentos 2020/2021 desta Prefeitura com dotação suficiente, obedecendo à classificação orçamentária pertinente, estabelecida para o respectivo exercício.

7.DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

7.1.Os órgãos demandantes, durante a vigência desta Ata, compromete-se a:

7.1.1.Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do material mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento;

7.1.2.Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;



7.1.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;

7.1.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata; Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

7.2.0(s) fornecedor(es), durante a vigência desta Ata, compromete(m)-se a:

7.2.1. Manter, durante toda a vigência desta Ata de Registro de Preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à presente Ata, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;

7.2.2. Fornecer o material conforme especificação, marca e preço registrados e na forma prevista;

7.2.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Prefeitura;

7.2.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Prefeitura comprovante de quitação com os órgãos competentes;

7.2.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento;

7.2.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura;

7.2.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do fornecimento;

7.2.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com a Prefeitura, sem prévia e expressa anuência.

7.2.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura.

7.2.10. Os produtos solicitados deverão, na data de entrega, possuir prazo de fabricação não inferior a 1/3 (um terço), de sua validade original, contados da solicitação, e prazo de validade de acordo com o fabricante do produto, havendo o compromisso expresso da Ata de registro de preços de troca do mesmo, acaso se dê o vencimento do produto durante o prazo contratual.

8.DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto deste Fornecimento será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, a e b da Lei nº 8.666/93.

8.2. Os produtos deverão ser cotados em conformidade com as referências e especificações constantes deste edital, inclusive garantia contra defeitos, segundo as regras da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;

8.3. Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues de forma parcelada, mediante solicitação do órgão gerenciador e partícipes nas quantidades, horários, locais e prazos (respeitado o limite máximo de 05 dias úteis contados da ciência da ordem de fornecimento), a serem indicados nas respectivas ordens de fornecimentos, de acordo com as disposições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

8.4. Os órgãos demandantes não se obrigam a adquirir os materiais e produtos registrados nesta Ata de Registro de Preços, nem mesmo das quantidades indicadas nas planilhas, podendo promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades, podendo ainda realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdades de condições e preços, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do Art. 15, § 4º da Lei 8.666/93

9. ADESÃO

9.1. Durante sua vigência, esta Ata de Registro de Preços, desde que devidamente justificada, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, firmando-se o Termo de Anuência, conforme Anexo IX do Edital, parte integrante deste instrumento, observando-se que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder na totalidade do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, nos moldes do Decreto Municipal nº 16.613/2018.

9.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de Adesão.

9.3. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços- ARP, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ARP assumidas com o órgão gerenciador, Secretaria ou Autarquia Municipal.

9.4. As aquisições a que se refere esta cláusula não poderão exceder a totalidade dos quantitativos dos itens deste instrumento e registrados nesta ARP.

9.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ARP.

9.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidade decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação que rege as licitações, sendo assegurado ao beneficiário desta ARP à preferência de contratação em igualdade de condições.

10. DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. Ao contratado, que incorram nas faltas previstas no Decreto Municipal 17.350/2018, e art. 50 do Decreto Municipal e art. 50 do Decreto Municipal 19.768/2020, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste Decreto;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do "caput" deste artigo.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo podem ser aplicadas ao licitante e ao contratado, cumulativamente com a multa.

10.2. A aplicação de Multa aos licitantes/contratados, deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;



II - 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;

III - 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.

10.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:

I - 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

II - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.

§ 2º - A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.

§ 3º - A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 4º - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

10.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.6. Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.DA RESCISÃO

11.1. A inexecução, total ou parcial, do Fornecimento, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Prefeitura, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa do Fornecedor, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

12.DAS ALTERAÇÕES

12.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - O Fornecedor fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do fornecimento.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

13.DO GERENCIAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O Gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração- SEMAD, conforme determina o Decreto Municipal nº 12.274/2019.

13.2. O acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços serão realizados por servidor(es) designado(s) pelos órgãos partícipes, a quem caberá o recebimento do objeto e o atesto da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondente(s) ao fornecimento conforme as especificações contidas no Anexo I deste Edital.

14.DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Fornecimento, com renúncia expressa por qualquer outro.

14.2. E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Nossa Senhora do Socorro/SE, ____ de _____ de 2020.

INALDO LUÍS DA SILVA
Prefeito

Órgão gerenciador:

JOSÉ TRINDADE CRUZ JÚNIOR



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Secretário Municipal da Administração

Partícipes:

ENOCK LUIZ RIBEIRO DA SILVA

Secretário Municipal da Saúde e Saneamento/FMS

MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA

Secretária Municipal da Assistência Social/FMAS

JOSÉ TOLEDO NETO

Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito

TESTEMUNHAS:

I - _____ CPF _____

II - _____ CPF _____



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

Anexo I REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata Registro de Preços, celebrada entre a Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, através da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Órgão Gerenciador e demais participantes, e a empresa cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº XX/2020/SRP/PMNSS/NS SOCORRO.

| EMPRESA: | | | | | |
|-----------------------------|-------|----|---------------|------------------|-------|
| CNPJ: | | | | FONE/FAX: | |
| END.: | | | | E-MAIL: | |
| REPRESENTANTE LEGAL: | | | | | |
| ITEM | QTDE. | UN | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | VALOR |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

ANEXO III

MODELO TERMO DE ANUÊNCIA

Termo de anuência referente à Ata de Registro de Preços nº --/2020, fruto do Pregão Presencial nº XX/2020/PMNSS firmado entre a **O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.128.814/0001-58, localizada à Rua Antônio Valadão, s/n – Centro Administrativo José do Prado Franco – Nossa Senhora do Socorro/SE, através de sua Secretaria Municipal da Administração – SEMAD, neste ato representada pela Secretária Municipal, _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, portadora do R. G. nº _____, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR e o Órgão Anuente** _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada _____ nº _____ Bairro _____ neste ato representada por _____, portador(a) de RG _____ e CPF nº _____, para adesão a Ata de Registro de Preços nº ____/____, decorrente do Pregão Presencial nº ____/____, que tem como objeto o registro de preços para a **AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES, FILTROS E BATERIA, A FIM DE SUPRIR AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS QUE COMPÕEM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE**, conforme quantitativos e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, cuja vigência se inicia em de _____ de 2020 e extingue-se em _____ de _____, responsabilizando-se pelo acompanhamento do fornecimento e demais incumbências pertinentes ao Processo. As despesas decorrentes para deste Termo de Anuência correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| Unidade Orçamentária | Projeto ou Atividade | Natureza da Despesa | Fonte de Recursos |
|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------------------------|
| | | | |
| | | | |

Na forma do que dispõem os Decretos Municipais nºs 509/2007, 16.613/2018 e 19.274/2019, o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, fica designado _____ inscrito no CPF nº _____ lotado no (a) _____, para acompanhar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste Termo de Anuência.

Prazo de vigência da adesão: ____ de _____ de 20__ a ____ de _____ de 2021.



Governo Municipal
NOSSA SENHORA DO SOCORRO
Sergipe

_____ (SE), ____ de _____ de 2020.

Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Órgão Anuente

XXXXXXXXXXXXXXXXXX